

# Legisflex, o amaciante de leis

Categories : [Rafael Corrêa](#)

Nem sempre é fácil acomodar ou fazer cumprir a lei. Em se tratando de legislação ambiental, então, nem se fale. Por isso, curiosamente na mesma semana, surgiram dois projetos que pretendem dar uma solução parecida a este problema, em dois lugares bem diferentes do planeta: a República Checa e o estado do Rio de Janeiro.

A República Checa, que se juntou à União Européia no ano passado, no último grupo a ingressar no bloco, acaba de anunciar que vai “afrouxar” a sua legislação ambiental. A medida se deve à pressão de empresários e industriais, que já há algum tempo reclamavam que as normas implementadas pelo país eram rígidas demais, superando, inclusive, o exigido pela UE. Finalmente, esta semana, o Ministro do Meio Ambiente cedeu (e nós aqui no Brasil sabemos como eles cedem), anunciando que o governo já prepara uma lista de “leis problemáticas” a serem reformuladas. [Segundo a página da Environment Daily na Internet](#), a atitude do país revela o quanto ainda está quente o embate “meio ambiente vs. competitividade econômica”, especialmente entre os mais novos membros da UE.

A decisão veio após uma série de reuniões interministeriais que identificaram as normas supostamente problemáticas para os negociantes. Ela afetará desde o controle de poluição das águas e do ar até as normas sobre a composição e disposição de embalagens, passando por temas delicados, como a poluição industrial e os estudos de impacto ambiental. O resultado, espera-se, será um conjunto de normas mais equilibrado e em contato com a realidade e as necessidades do país. Segundo um oficial do governo checo afirmou à *Environment Daily*, “a idéia, na maioria dos casos, é reduzir as exigências administrativas e não cortar obrigações ambientais”. Mas, ainda segundo ele, “as normas da UE não podem sempre ser o único critério adotado para se decidir que política adotar. Em alguns casos, as necessidades internas são mais urgentes que as exigências do bloco”.

## Mudando de idéia

Essa não foi a primeira vez em que se falou na necessidade de uma reformulação na legislação ambiental da República Checa. Em um relatório divulgado há poucas semanas, a OCED – Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento da UE – já apontava que o país precisaria aumentar o controle sobre a sua poluição e adotar a aplicação de taxas sobre determinados produtos para compensar a desaceleração da seu índice de qualidade ambiental.

Ainda segundo este mesmo relatório, o país estaria, desde a década passada, relaxando demais suas políticas sobre energia e combate à poluição, acompanhando uma queda de mais de 300% nos investimentos ambientais entre 1997 e 2002. O documento também apontava como sugestões para amenizar o problema o aumento das taxas cobradas de poluidores e das taxas de coleta de

resíduos, que estariam defasadas em comparação com os índices de inflação do país.

Quando da liberação daquele relatório, em outubro, o Ministro do Meio Ambiente checo parecia ter entendido o recado, afirmando que se tratava de não abordar os problemas ambientais isoladamente. Na época ele chegou a dizer que o governo, inclusive, já estaria preparando uma reforma tributária “ambiental” que agradaria tanto aos verdes quanto ao mercado. Talvez por isso ele tenha demorado a ceder às pressões dos empresários e industriais. A postura adotada, agora, portanto, parece um tanto quanto contraditória. Teriam os ministros mudado de idéia?

**Confusão Generalizada** As dificuldades enfrentadas pela República Checa não são, de forma alguma, um caso isolado. Como já noticiado aqui em O Eco, não são poucos os casos de descumprimento das metas e prazos impostos pela UE pelos seus membros, sendo que alguns deles já chegaram às cortes europeias na forma de processos judiciais. Vale, citar, por exemplo, que o último relatório sobre a eficácia das normas ambientais feito pela Agência Ambiental Européia aponta que, ao contrário do esperado, a maioria dos países membros não tem conseguido muito sucesso em suas ações preventivas. Entre 1997 e 2001, por exemplo, a quantidade de lixo decorrente de embalagens cresceu 7% na UE.

Reducir a poluição das águas também tem se mostrado uma tarefa mais difícil do que seria de se esperar. França e Espanha são casos típicos. Segundo o relatório, estes dois países não instituíram taxas para este tipo de poluição, o que tem refreado os resultados de suas tentativas. No outro extremo, a Holanda, com um eficiente sistema de cobrança integral dos particulares pelo tratamento do esgoto, é apontada como um exemplo a ser seguido.

Isso vai diretamente de encontro à política ambiental que as diretrizes da UE pretendiam. Ou seja: os esforços dos países têm sido mais voltados para o tratamento e solução dos problemas ambientais e não para a sua prevenção. Como a própria República Checa descobriu, isso sai bem mais caro. Caro até demais. Tomara que o passo para trás que o país decidiu dar sirva para permitir um passo maior ainda para a frente, ao invés de iniciar uma perigosa onda de retrocesso ambiental.

## **Solução à Carioca**

O problema que surgiu no Rio de Janeiro tem raízes bem diferentes. A solução proposta, no entanto, é bastante parecida: um projeto de lei apresentado à Assembléia Legislativa carioca pelo deputado estadual Noel de Carvalho, do PMDB, quer dispensar a necessidade de tratamento primário para o esgoto que é lançado no mar pelos emissários submarinos da cidade. Com isso, o que pretende o deputado é permitir o despejo, desde já, do esgoto dos três maiores bairros da Zona Oeste do Rio, através do novo emissário submarino, ainda em fase de conclusão, que desemboca a 5 km da costa.

A origem do problema, ou seja, o crescimento desordenado e inteiramente sem controle das

zonas urbanas do Estado do Rio, o próprio prefeito César Maia já deixou bem claro que não será discutida ou atacada. A solução, dificilmente poderia ser pior. Diante de sua escancarada inépcia, nossos políticos decidem afrouxar a lei que deveriam fazer cumprir.

Com a mudança da legislação o esgoto chegará ao mar sem que dele tenham sido removidos os dejetos sólidos de matéria orgânica, que hoje são retirados, por lei, juntamente com os plásticos e demais dejetos sólidos flutuantes, quando do tratamento primário. O principal problema disso, segundo informou Gandhi Giordano, do Departamento de Engenharia Sanitária da UERJ, — em entrevista ao Jornal O Globo do último dia 10 de novembro —, é que são justamente esses resíduos tóxicos orgânicos que podem levar para o mar microorganismos prejudiciais à saúde humana.

O projeto ainda será discutido na Alerj e em assembléia pública que será realizada no próximo dia 18, às 10 horas. Mas, desde já, ambos os casos confirmam que, por mais que se queira negar, o pretexto do desenvolvimento econômico continua sendo um dos maiores adversários da preservação ambiental.